



AMUSUH

27 ANOS

Garantindo e consolidando repasses de direito dos municípios

Referência nas decisões e avanços para o Setor Elétrico

A voz dos municípios em incontáveis audiências nos mais altos escalões do Governo

Fóruns, reuniões regionais e virtuais aproximam os municípios e a AMUSUH

Respeitada e ouvida na Reforma Tributária Municipalista

INFORMATIVO **AMUSUH** 2017-2020

Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados

www.amusuh.org.br

www.facebook.com/amusuh

amusuh@amusuh.org.br



**PARA ALÉM DA
ENERGIA, AS ÁGUAS
GERAM NOVAS
FORMAS DE RENDA**

**ESTUDOS TÉCNICOS
EMBASAM
PROPOSTAS E
CONSTROEM LEIS**

“A água passa pelas usinas, mas os benefícios devem ficar nos municípios”

A maior recompensa em lutar justas batalhas está nos resultados que sempre ultrapassam as expectativas de todos através da AMUSUH. Nesses longevos anos como secretária-executiva, trabalhamos sempre com a máxima dedicação para representar os municípios em todas as frentes, oferecer resposta imediata a cada demanda, e comemorar as mais importantes conquistas.

A AMUSUH a cada ano se destaca mais entre as associações e se consolida como grande representante do municipalismo em temas difíceis. A Associação conta com grande capacidade de articulação em todos os níveis e setores de todos os segmentos, tornando assim possíveis tantas conquistas.

A Associação completa 27 anos de uma história vitoriosa protegendo direitos e garantindo novos avanços para os atuais 739 municípios sedes e usinas e alagados.

Estes municípios geram mais de 60% da energia elétrica do país e precisam contar com mais recursos advindos da geração e de todo o universo da operação das usinas.

A AMUSUH se manterá firme no seu trabalho diferenciado que vem construindo progresso social e econômico para quase todos os estados do Brasil.

Continuaremos a postos para, com fé e profissionalismo, vencermos os próximos desafios sempre em benefício dos municípios sedes de usinas hidroelétricas e alagados e seus mais de 43 milhões de brasileiros.



Terezinha Sperandio
Secretária-executiva da AMUSUH

Com atitude, articulação fundamentada e senso coletivo, a AMUSUH finda mais um biênio com conquistas expressivas para os municípios sedes de usinas hidroelétricas e alagados. Foram dias memoráveis que tanto pelas dificuldades superadas quanto pelos avanços obtidos demonstram e consolidam a AMUSUH como a mais atuante, influente e respeitada entidade do cenário nacional.

Contando com uma diretoria unida e comprometida, como também com uma equipe abnegada de colaboradores, além de uma frente parlamentar mista insurgente, a articulação política e o conhecimento técnico afloram e tornam-se imprescindíveis para as conquistas obtidas.

Mesmo diante de um cenário mundial hostil, que fez com que todos os segmentos se reinventassem, mantivemos nosso foco na busca de construir entendimentos que culminaram no aperfeiçoamento de políticas públicas existentes bem como na implantação de novas alternativas de prosperidade para o setor.

Fazer parte da AMUSUH é estar inserido no contexto da articulação, do debate, do convencimento, do estudo, e, inegavelmente, da oportunidade de poder participar e contribuir para a construção de um Brasil cada vez melhor.

Portanto, resta-nos agradecer a todos os que foram verdadeiramente parceiros para que nossa instituição se tornasse uma Associação sólida, representativa e com importantes histórias de conquistas.

AMUSUH, energia para avançar!



Lucimar Antônio Salmória
Prefeito de Abdon Batista/SC
Presidente da AMUSUH

AMUSUH 27 anos

GRANDES VITÓRIAS MUNICIPALISTAS

**739 MUNICÍPIOS
EM 21 ESTADOS**

Em 2020, a AMUSUH comemorou 27 anos de atuação constante em prol dos municípios. Desde 1993 a Associação representa com excelência os atuais 739 municípios sedes de usinas hidroelétricas e alagados.

São mais de 200 usinas em 21 estados da Federação gerando cerca de 60% da energia elétrica do Brasil.

Para garantir a excelência nos contatos políticos e técnicos, a AMUSUH aciona constantemente a Casa Civil e suas secretarias de Governo e Especial de Assuntos Federativos, os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de Minas e Energia (MME), do Turismo (MTur), do Meio Ambiente (MMA), associações do setor e lideranças e presidências no Congresso.

Desde 2013, a AMUSUH conta com o apoio de parlamentares municipalistas congregados na Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados. São mais de 300 deputados e senadores atentos e atuantes nas pautas que afetam as finanças das prefeituras e as perspectivas de progresso.

**60%
DA ENERGIA
ELÉTRICA DO
BRASIL**

Diretoria Executiva da AMUSUH (Biênio 2019/2020)



Lucimar Antônio Salmória
PRESIDENTE
Prefeito de Abdon Batista (SC)



José Carlos Breda
VICE-PRESIDENTE
Prefeito de Cotiporã (RS)



Otávio Gomes
Vice-Presidente
Prefeito de Ilha Solteira (SP)



Artur de Jesus Brito
1º SECRETÁRIO
Prefeito de Tucuruí (PA)



Claudiomiro Quadri
2º SECRETÁRIO
Prefeito de Capitão Leônidas
Marques (PR)



Marcelo Mendes Passuelo
Diretor Administrativo
Prefeito de Fronteira (MG)



José de Barros Neto
Diretor Financeiro
Prefeito de Baixo Guandu (ES)



Luiz Barbosa de Deus
Diretor de Comunicação
Vice-Prefeito de Paulo Afonso (BA)



Francisco Lacerda Brasileiro
Diretor de Relações Institucionais
Prefeito de Foz do Iguaçu (PR)

Conselho Fiscal (Biênio 2019/2020)



Omir Paulinho Benjamini
PREFEITO
Prefeito de Piratuba (SC)



Renata Cristina Silva Borges
PREFEITA
Prefeita de Araporã (MG)



Ângelo Guerreiro
PREFEITO
Prefeito de Três Lagoas (MS)



Hildon de Lima Chaves
PREFEITO
Prefeito de Porto Velho (RO)



Janielma Maria Ferreira
PREFEITA
Prefeita de Petrolândia (PE)



Silvio Alexandre Zancanaro
PREFEITO
Prefeito de Campos Novos (SC)



Ana Cláudia Lemos Oliveira
PREFEITA
Prefeita de Caçu (GO)



Anderson Costa
PREFEITO
Prefeito de Pinhal da Serra (RS)



Humberto Bortoline
PREFEITO
Prefeito de Itiquira (MT)



José Augusto Bezerra Lopes
PREFEITO
Prefeito de Peixe (TO)

Equipe técnica

Terezinha Sperandio
SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA AMUSUH

Arthur Kunz
ASSESSOR EXECUTIVO

Maria Teresa Ferreira Lima
ASSESSORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Leopoldina Rodrigues Soares
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Yara Cristina Dias Gonçalves de Lima
ASSISTENTE

Iuri Guerrero
ASSESSOR DE IMPRENSA

Pablo Frioli
DESIGNER

Marcos Alcantara
MARKETING

Conselho dos Municípios Alagados (Biênio 2019/2020)



Wisner Araújo de Almeida
PREFEITO
Prefeito de Corumbaíba (GO)



Joaquim Maia
PREFEITO
Prefeito de Porto Nacional (TO)



Charles Dias da Silva
PREFEITO
Prefeito de Palmeirante (TO)



Júlio César Gomes
PREFEITO
Prefeito de Sud Mennuci (SP)



Maria de Lourdes de Moraes
PREFEITA
Prefeita de Icó (SP)



João Cidinei da Silva
PREFEITO
Prefeito de Anita Garibaldi (SC)



Milena Becher
PREFEITA
Prefeita de Vargem (SC)



Márcia Rossatto Fredi
PREFEITA
Prefeita de Fortaleza dos Valos (RS)



Cleci Rambo Loffi
PREFEITA
Prefeita de Mercedes (PR)



José Milesi
PREFEITO
Prefeito de Itupiranga (PA)



Noboru Tomiyoshi
PREFEITO
Prefeito de Colider (MT)



Maristela Sena Dias
PREFEITA
Prefeita de Piranhas (AL)



José Robson Samara Rodrigues de Almeida
PREFEITO
Prefeito de Aparecida do Taboado (MS)



Dário Borges de Resende
PREFEITO
Prefeito de Cascalho Rico (MG)



Paulo Piau
PREFEITO
Prefeito de Uberaba (MG)



Tenente Carlos Alves Oliveira
PREFEITO
Prefeito de Tupaciguara (MG)



Gilmar Alves da Silva
PREFEITO
Prefeito de Quirinópolis (GO)



Antônio Domingo Rufatto
PREFEITO
Prefeito de Paranaíta (MT)



Hélio Kuerten Bruning
PREFEITO
Prefeito de Três Barras do Paraná (PR)



Irineu Fantin
PREFEITO
Prefeito de Mariano Moro (RS)

A AMUSUH NÃO DESLIGA

ENERGIA SEM FIM

A história da AMUSUH começou em 1993 e vem sendo construída com garra e competência na luta pela manutenção e conquista de direitos que levam grandes avanços econômicos e sociais para os municípios sedes de usinas hidroelétricas.

Para defender estes municípios, a AMUSUH enfrentou inúmeras batalhas tributárias e jurídicas em prol de uma Compensação Financeira pela Utilização de

Recursos Hídricos (CFURH) mais justa. A Associação busca constantemente novas alternativas para um melhor aproveitamento dos lagos, o que vai para além da geração de energia, antevendo possibilidades de ampliar emprego e renda nas centenas de usinas localizadas nos 21 estados da Federação.

Em 2017, a AMUSUH expandiu ainda mais seu trabalho com a formação do Conselho dos Municípios Alagados. As pautas

e demandas junto ao Congresso Nacional e Governo Federal, são pensadas e desenvolvidas em prol dos municípios com empreendimentos hidroelétricos e os alagados, totalizando 739 localidades e mais de 43 milhões de brasileiros.

Mantendo sempre eficientes Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselhos dos Municípios Alagados, a AMUSUH se destaca como uma das mais respeitadas associações municipalistas.





41 MIL KM² DE ÁREAS ALAGADAS.

Grande potencial
para além
de geração de
energia

Em 2019, a constituição da atual legislatura da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados e seus mais de 300 parlamentares reforçou as bases legislativas para o trâmite de mais de 30 proposições no Congresso Nacional. O grande objetivo é a construção de políticas públicas modernas que atendam positivamente os municípios envolvidos.

Na comemoração dos 62 anos da Usina Hidrelétrica de FURNAS, foi composta a Frente Parlamentar Mista em Defesa de FURNAS. A AMUSUH reconhece o decisivo lugar na história da geração de energia dessa usina, nacional e internacionalmente.

**PLC 315/2009
aumentou para
65% a CFURH e
os *Royalties* da
Itaipu enviados
os municípios.**



A grande atualização da composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em 2019 trouxe muitos e complexos desafios. Novamente, a AMUSUH fez toda a diferença pela sua tradição histórica e pela equipe altamente preparada e assim destacou-se mesmo nesses tempos de crise sanitária.

Nestes 27 anos de representatividade do municipalismo, a AMUSUH mostrou a importância da sintonia de trabalho com os gestores municipais para garantir vitórias nos pleitos, que surgirão, e reforça que mantendo esta união, manteremos o curso de avanços e conquistas.

Frentes Parlamentares e reuniões em todo o Brasil complementam o trabalho da AMUSUH

AMUSUH - ENERGIA CERTA!



FRENTE DEFENDE MUNICÍPIOS NO LEGISLATIVO

Desde 2013 a AMUSUH conta com apoio e parceria de uma Frente Parlamentar Mista (composta por mais de 300 Deputados e Senadores) em defesa dos direitos adquiridos dos 739 municípios sedes de usinas e alagados.

Atualmente sob a presidência do Deputado Federal Sergio Souza (MDB-PR), a Frente atua no Congresso atenta aos projetos de lei que propõem mudanças positivas ou negativas para os

739 municípios. Outra prioridade é fomentar novas alternativas

Usos múltiplos dos lagos melhorarão a qualidade de vida de mais de 43 milhões de brasileiros

para os lagos das usinas que expandam o turismo, a pesca esportiva e a produção de pescados em tanques-rede.

Atualmente a AMUSUH e a Frente concentram-se nas propostas para elaboração da Reforma Tributária que é muito prejudicial nos moldes apresentados e no Código Brasileiro de Energia Elétrica que necessita de uma nova metodologia de cálculo da CFURH para adequá-la ao modelo atual do setor elétrico.



**Cerca de 30
proposições
tramitam no
Congresso**

A energia vem da água!

Entramos em 2021 focados na retomada do desenvolvimento do Brasil. Isso significa que nossas atividades, dos mais diferentes segmentos, precisam de uma boa dose de energia para se manter e crescer. E, para quem não sabe, a energia produzida pelas usinas hidrelétricas é fundamental para a vida de 200 milhões de pessoas, além de ser uma garantia de pleno funcionamento de inúmeros negócios.

Diante da importância dessa fonte de energia, a AMUSUH e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Sedes de Usinas e Alagados seguem trabalhando firmes para representar, com excelência, os 739 municípios sedes de usinas hidrelétricas no país. São mais de 30 proposições em análise no Congresso Nacional, além do Código do Setor Elétrico que foca nos dividendos enviados para os municípios de 21 estados.

Nossos compromissos estão renovados para representar os mais de 43 milhões de brasileiros responsáveis direta ou indiretamente por mais de 60% da energia que vem da água e faz o Brasil avançar todos os dias.



Deputado Sérgio Souza (MDB-PR)

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados

***Mais de 300 parlamentares
fazem parte da Frente***

COMPETÊNCIA PARA AVANÇAR



PLC 315/2009 - Aumenta o valor da CFURH repassada aos Municípios

Em 1996 foi apresentado uma proposta de projeto de lei pelo parlamentar Chico da Princesa com o objetivo de fazer justiça com os municípios nos repasses da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) destinada aos municípios que perderam suas terras produtivas pelo alagamento das usinas.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 315/2009 transformado na Lei nº 13.661 de 08/05/2018 é

uma das maiores vitórias da AMUSUH em favor dos municípios. A AMUSUH articulou com maestria as forças políticas dos prefeitos, parlamentares e órgãos do Governo Federal para tornar realidade esta grande conquista.

A nova lei aumentou de 45% para 65% os repasses da CFURH para os municípios que tiveram suas terras alagadas pelas represas das usinas. Esta atualização representou um acréscimo de 44%

AMUSUH vence grande batalha de sua história e entrega aos municípios a maior conquista dos últimos anos

Sanção do PLC 315/2009 = Acréscimo de 44% nos repasses da CFURH

nos repasses da Compensação Financeira para os municípios.

Para chegar a este resultado, a AMUSUH realizou reuniões com governadores nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Após a aprovação do PLC 315 no Congresso, o texto seguiu para sanção. A AMUSUH potencializou as forças políticas e dedicou todos os esforços e estratégia para evitar um veto à matéria.

Assim, a AMUSUH, com apoio incondicional da Frente Parlamentar Mista, contabilizou mais essa importantíssima conquista em defesa dos municípios e seus mais de 43 milhões de brasileiros.

**MP 725/2016
aumenta em
0,25% a CFURH
destinada aos
municípios**



CFURH deve ser respeitada

Desrespeitar a CFURH é ignorar nosso povo.

Desde 2017 a AMUSUH está acionando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para rever as regras dos cálculos da Tarifa Atualizada de Referência (TAR).

As drásticas quedas sem respaldos técnicos concretos trazem grandes perdas para os municípios. Nesse processo, foi alcançado um enorme avanço em 2017 com a Medida Provisória 735/2016 que aumentou em 0,25% a parcela da Compensação repassada para os municípios.

Além disso, a Medida também aprovou o envio integral da (CFURH) para os municípios onde foram prorrogadas as outorgas de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.



REFORMA TRIBUTÁRIA

Desde 1993 a AMUSUH batalha em vários setores para que o VAF do ICMS da geração elétrica seja devidamente calculado e repassado para os municípios.

O VAF do ICMS, resultado da geração de energia, é garantido no Artigo 158, parágrafo único da Constituição Federal de 1988

Fundos recompõem perdas dos municípios

Em todas as propostas de Reforma Tributária, a AMUSUH disponibilizou junto às comissões estudos que demonstram a realidade dos municípios e as adequações e atualizações necessárias para que as receitas cheguem efetivamente ao cotidiano dos cidadãos.

As possíveis atualizações de mudanças de critérios

de cálculos da origem para o destino precisam considerar as dinâmicas de repasses que já fazem parte das finanças dos municípios para que as perdas não afetem os trabalhos de concretização das políticas públicas.

Para isso, a AMUSUH já participou de diversas audiências

presenciais e também encontros virtuais para debater os mecanismos e propostas mais viáveis para uma Reforma Tributária justa. Propomos a criação de um fundo equalizador que compense as comprovadas perdas para garantir o equilíbrio financeiro dos municípios e a manutenção das políticas públicas tão necessárias à população.

Unificação de impostos deve levar em conta as especificidades municipais

VAF - Consolidar os cálculos garante segurança jurídica para os municípios

Os cálculos do Valor Adicionado Fiscal (VAF) devem levar em conta todo o volume de energia elétrica gerada para não penalizar os municípios com empreendimentos hidroelétricos em seus territórios.



Reforma Tributária Municipalista

A FENAFIM (Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais) em razão dos debates sobre a Reforma Tributária vem registrar o seu posicionamento em relação ao tema.

Primeiro, entendemos que o modelo de financiamento do Estado Brasileiro deve ser reformulado, sendo ideal uma maior tributação sobre a renda e o patrimônio e não apenas o ajuste na tributação sobre o consumo, porém, entendemos que isso não invalida a urgente necessidade deste debate, em razão do seu impacto direto sobre a atividade econômica, bem como a sua participação na atual carga tributária.

Nesse sentido, passamos à análise das propostas hoje em discussão no parlamento, que versam, especialmente, sobre alteração no modelo de tributação sobre o consumo.

Preliminarmente, importante frisarmos que para os Municípios das capitais e “produtores”, a manutenção do ISS seria, a priori, a melhor estratégia, porém não podemos dizer o mesmo quando se trata dos demais Municípios.

Porém, não podemos ter uma visão míope do problema e só enxergamos o nosso reflexo no espelho, portanto, se para o país o melhor caminho for reestruturar a tributação sobre o consumo, seguindo práticas consolidadas internacionalmente, não nos oporemos. Assim, temos participado efetivamente da formulação de propostas que adequem a relação fisco x contribuinte, bem como as relações entre os entes federados.

Defendemos um debate técnico, aberto e sincero em busca de um modelo que atenda às necessidades do país e que permita:

1. Simplicidade;
2. Neutralidade;
3. Não cumulatividade;
4. Transparência;
5. Segurança jurídica;
6. Tributação no destino.

Dentre as propostas que se encontram no Congresso, entendemos que, por suas diretrizes, a PEC 45 é o melhor caminho para alcançamos esse objetivo.

Ocorre que a adoção de mudanças dessa envergadura provocam preocupações com a reestruturação advinda das mesmas, seja em razão do “medo do novo”, seja em razão de fatos concretos.

No caso dos Municípios, existem motivos para as suas apreensões, principalmente por parte dos Municípios produtores, especialmente em relação à cota parte do ICMS, que precisa de ajustes no projeto e nesse sentido a FENAFIM pretende contribuir para corrigir pontos que, se alterados, mitigarão os efeitos.

Apresentamos algumas sugestões que consideramos adequadas para uma segurança jurídica dos Municípios, que se encontram bastante preocupados com a alteração no Modelo:

1. A adoção da “imunidade recíproca”, que destinaria o recurso obtido na tributação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para o ente adquirente da mercadoria ou serviço;
2. Um Fundo de Equalização que permita redistribuir a arrecadação do imposto pelos Municípios que tiverem perda, em razão da mudança da tributação da origem para o destino, seja em razão

- do ISS ou da cota parte do ICMS. Esse fundo de equalização deve possuir um limitador de repasse, em razão de critérios per-capita, evitando desta forma distorções de alta concentração;
3. Utilização do critério de alíquota dinâmica na participação de cada ente no IBS durante o período da transição, aplacando parcialmente a perda potencial, alegação dos Municípios de que o ISS cresce proporcionalmente mais do que os demais tributos;
 4. Adoção de regras objetivas de novo Pacto Federativo, após o período de transição, repassando os recursos para efetivamente quem realiza os serviços para a população;
 5. Garantia de proporcionalidade entre os entes federativos na representação da Agência Nacional, possibilitando a verdadeira relação inter federativa;
 6. Participação dos Estados e Municípios na arrecadação do Imposto Seletivo (IS), previsto como de competência da União;
 7. Utilização de um sistema de IVA único nacional;
 8. Em relação aos tributos patrimoniais, entendemos factível mudanças primordiais para os Municípios:
 - a. Dispensa da exigência de lei municipal para a atualização do valor venal de imóveis;
 - b. Aprimorar o fato gerador do ITBI e possibilitar sua progressividade.
 9. Incluir o PASEP no IBS;
 10. Incluir as receitas oriundas da Desvinculação de Receitas da União (DRU) na base de cálculo do FPE e FPM;
 11. Proibir a União de criar tributo cuja receita não seja repartida com Estados e Municípios;
 12. Assegurar, literalmente, que compõe a receita própria dos Estados e Municípios o IRRF relativo à folha de pagamento, mas também o pagamento pela contratação de bens e serviços realizada;
 13. Possibilitar fonte de financiamento específica para os serviços de limpeza urbana em todos os seus componentes;
 14. Desoneração do setor de transporte coletivo, com a devolução integral do IBS em toda a cadeia, inclusive no consumo, bem como fontes adicionais de financiamento para essa atividade.
- Portanto, FENAFIM vem indicar a sua disposição de participar na construção de um novo sistema de tributação sobre consumo, desde que os Municípios mantenham a sua autonomia, em plena observância ao pacto federativo fixado na Constituição Federal, de legislar, de fiscalizar e arrecadar tributos. Também que esse novo modelo não resulte em perdas individuais que inviabilizem a manutenção do financiamento dos Municípios e que estes recebam diretamente os valores recolhidos, sem depender de repasses de recursos da União ou de Estados.



Célio Fernando de Souza Silva

Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (FENAFIM)



Arthur Mattos

Auditor fiscal e professor universitário

AMUSUH SABE O QUE FAZER



4 milhões de toneladas de pescados a partir das águas da União

41 mil km² de áreas alagadas



Produção de pescados cresce cerca de 15% ao ano



250 reservatórios sendo 73 com capacidade de suporte calculada



Secretaria de Aquicultura e Pesca e o usos múltiplos dos lagos

A parceria da AMUSUH com a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi firmada por meio de Acordo de Cooperação Técnica em 2015.

Ao longo destes anos de cooperação, a AMUSUH vem construindo junto à SAP projetos especiais para que os lagos das usinas hidroelétricas gerem novas formas de renda.

Uma das metas da associação é diminuir a burocracia com regras mais claras na legislação e assim incrementar políticas públicas através do uso múltiplo dos lagos das usinas hidroelétricas. São 41 mil Km² de área alagadas que representam grande potencial de aproveitamento e assim dinamizar as economias dos municípios localizados nas rotas de turismo e nas rotas do peixe. Lazer e pesca esportiva também são projetos integradores regionais com grandes benefícios aos municípios.

Diante dos entraves burocráticos para implantação da aquicultura nos lagos, e regras não muito claras, a Associação desenvolveu um estudo da legislação vigente para mostrar às autoridades do setor e ao Congresso Nacional, o “Cenário Atual do Marco Regulatório para Usos Múltiplos dos Reservatórios de Usinas Hidroelétricas”.

As discrepâncias entre número de requerimentos de áreas e a quantidade de empreendimentos implantados decorrentes do processo de cessão, demandou a realização do estudo e audiências sobre a utilização do Usos Múltiplos dos Lagos no MAPA, ministérios do Turismo, Meio Ambiente, Minas e Energia, agências, fóruns e com outras entidades do setor.



OS LAGOS PODEM SER MUITO LUCRATIVOS

As maiores conquistas em 2020

Celeridade nas cessões de áreas para aquicultura

Mesmo em tempo de pandemia, a AMUSUH não parou e comemorou a conquista por meio da aprovação da emenda 100 na Medida Provisória 915/2019, transformada em Lei de nº 14.011 de 10 de junho de 2020. Com a aprovação da Lei, os espaços físicos d'água de domínio da União serão

cedidos, sem licitação, os projetos tem que atender os requisitos da Secretaria de Aquicultura e Pesca, para que se tenha a outorga e o direito de utilizar essas águas para a produção de pescados. Com isto a atual produção de pescados brasileira pode dobrar nos próximos anos.



Desburocratização do uso das águas

Decreto nº 10.576 desburocratiza a aquicultura em águas da União e foi um marco vitorioso nas metas da AMUSUH. Essa nova regra é mais uma confirmação dos trabalhos desenvolvidos

pela Associação. O aproveitamento das águas é uma eficiente ferramenta para os municípios gerarem novas fontes de renda.

SE A LUTA É GRANDE, NOSSA RESILIÊNCIA É MAIOR



Aquicultura tem enormes potenciais

Grande parte dos municípios sede de usinas hidroelétricas e os alagados pelo reservatório tinham na agricultura e pecuária suas principais fontes de receita. Com a construção de barragens e a formação de grandes reservatórios, estas atividades ficaram comprometidas e a aquicultura desponta como o principal vetor para a geração de emprego e renda nestes municípios.

O desenvolvimento da aquicultura em áreas rurais é reconhecido pela Food and Agriculture Organization

United Nations (FAO/ONU) por contribuir para garantir a segurança alimentar através da entrega de alimento de alto valor nutricional, redução da pobreza, além da geração de emprego e renda.

A atividade traz consigo também os empregos indiretos ao longo de toda cadeia produtiva (serviços de transporte, fabricas de gelo, fabricantes de insumos, centros de beneficiamento, etc.) gerando mais oportunidades de trabalho e ocupação para as populações locais.



Jorge Seif Júnior
Secretário de Aquicultura
e Pesca

EXEMPLO DE UNIÃO PELO BEM COMUM

**14 mil Megawatts de
potência instalada**

**15% da energia
do Brasil e
86% da energia
do Paraguai**





Lago com área de 1 350 km²

A barragem foi construída pelo Brasil e Paraguai entre 1975 e 1982

Itaipu já gerou 2,5 bilhões de megawatts-hora (MWh) desde o início de sua operação em maio de 1984

Royalties de Itaipu e usos múltiplos do reservatório

A usina Binacional de Itaipu é uma das maiores geradoras de energia elétrica do mundo. Em 2019 os 16 municípios que formam o lago deram o verdadeiro exemplo de cidadania ao ceder o percentual de 3,14% de seus *Royalties* em favor de Guaíra (PR) para fazer justiça em relação a perda do potencial turístico das 7 quedas.

A justiça se deu através da lei 13.823 de 9 de maio de 2019, advinda do PLC 94/2015, que aumentou de 4,86% para 8% a participação de Guaíra/PR no montante dos *Royalties* de Itaipu repassados para os 16 municípios do Paraná e do Mato Grosso do Sul que formam o reservatório da Itaipu Binacional.

Itaipu já repassou mais de 5 bilhões de dólares em *Royalties* para os municípios



A vigilância da AMUSUH para garantir direitos

Nos últimos anos, a AMUSUH tem mobilizado toda a classe política e técnicos do Governo Federal e Agências para garantir a normalidade dos repasses dos *Royalties* da Itaipu para os 347 municípios

que fazem parte da bacia hidrográfica do Paraná.

Outra frente de atuação é a adequação dos repasses dos *Royalties* sobre a parcela do ajuste do Dólar para evitar

prejuízos. A AMUSUH foi também decisiva, em 2020 atuando junto ao remanejamento das dotações orçamentárias no Orçamento Geral da União para que não houvessem atrasos nos repasses aos municípios.

RENDAS ALÉM DE ENERGIA

Usos Múltiplos

Diversas possibilidades que geram riqueza

O lago da usina hidroelétrica de Itaipu tem 1 350 km², sendo 770 km² no lado brasileiro e 580 km² do lado paraguaio.

Além de garantir uma das maiores gerações elétricas do mundo, as águas de Itaipu são usadas para o turismo, pesca esportiva e a produção de pescados em tanques-rede.

O programa Produção de Peixes em Nossas Águas tornou o reservatório o maior polo produtivo de pacu em sistema de tanques-rede, atualmente com produção anual de 200 toneladas.

O Cultivo de peixes em sistemas tradicionais demanda em torno de 20 mil litros de água para produzir um quilo de pescado. No caso da produção nas águas de Itaipu de peixes durante o ano (129 mil toneladas), estima-se o uso superior a 2,5 bilhões de metros cúbicos de água – em sua maioria convergente para a bacia de contribuição do reservatório da Itaipu

Resultados de Itaipu

1. Criação de 3 parques aquícolas e 8 processos de licenciamento encaminhados;
2. 13 Acordos de Cooperação técnica firmados – IFPR/UNIOESTE/Colônias e Associações de Pescadores;
3. Incremento do cultivo (500%) do pacu em tanque-rede em 5 anos, atualmente o reservatório de Itaipu possui a maior produção (50 ton/ano);
4. 300 mil alevinos fornecidos (2012-2018);
5. 350 pescadores/aquicultores atendidos por treinamentos (2012-2018);
6. Assistência técnica contínua (iniciada em 2003 – 65 produtores);
7. Produção científica: quatro teses e quatro dissertações de 2010 a 2017; 40 publicações técnicas (2012/2018);
8. 66 toneladas de pescado beneficiados (2012-2018);
9. Desenvolvimento de protocolo de sistemas sustentáveis de cultivo (Sistemas fechados) – Bioflocos e Aquaponia;



Na Luta por uma CFURH mais justa aos municípios

Em 2019, a AMUSUH realizou um estudo das 219 usinas e constituiu a “Avaliação do Potencial Energético Remanescente para utilização no Cálculo da Arrecadação da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)”.

O estudo constatou que a fórmula usada para o cálculo da CFURH que é repassada para os municípios, tem grandes discrepâncias, e isto tem causado perdas e prejuízos significativos na receita de direito destes municípios.

Identificamos a urgência em modernizar a legislação para que as receitas oriundas dos lagos das usinas, tenha como base de cálculo o que determina o artigo 20 da Constituição Federal.

A AMUSUH está atuando na comissão especial que elabora o Novo Código Brasileiro de Energia Elétrica para que as atualizações consolidem definitivamente as regras para calcular a Compensação Financeira.

Municípios, Estados e União perderam mais de R\$ 2,4 bilhões relativos à CFURH entre 2014 e 2018

Usos Múltiplos

A AMUSUH elaborou o estudo “Cenário Atual do Marco Regulatório dos Usos Múltiplos das Águas de Reservatórios de Usinas Hidroelétricas” para avançar com as iniciativas embasadas em experiências exitosas e nas atuais condições das mais de duas centenas de represas de hidroelétricas.

A participação das prefeituras com projetos é determinante para a construção de uma ampla política desenvolvimentista que chegue aos municípios sedes de usinas hidroelétricas e alagados de 21 estados da Federação.

O Estudo foi entregue para os ministérios do Turismo e da Agricultura (MAPA) diretamente para a secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), Meio Ambiente (MMA), Agência Nacional de Águas (ANA), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e para outros entes relacionados ao setor como o Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE) e a Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (ABIAPE).

Mais de 60% da energia elétrica do Brasil e 41 mil km² de lagos com enormes potenciais



AMUSUH SALVAGUARDA OS DIREITOS DOS MUNICÍPIOS



Novo Código Brasileiro de Energia Elétrica

As atualizações legais não podem prejudicar os municípios

Depois de mais de 30 anos, as regras dos repasses da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) devem ser consolidadas em prol dos 739 municípios

sedes de usinas hidroelétricas e alagados.

Apesar de ser uma transferência determinante para os 739 municípios, a CFURH ainda

não é calculada da forma mais adequada. A AMUSUH articula todas as estratégias para que a Compensação esteja realmente atrelada ao § 1º do Art. 20 da CF de 1.988 que rege a participação

Artigo 20 da Constituição precisa realmente reger o cálculo da CFURH



no resultado ou compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, sendo aplicado sobre o resultado da energia gerada menos os impostos.

O estudo realizado pela AMUSUH identificou uma perda de mais de R\$ 2,4 bilhões da CFURH entre 2014 e 2018 que deveriam ter chegado aos entes federados.

A AMUSUH realizou diversas audiências com a relatoria do Novo Código, com a Frente Parlamentar Mista, com lideranças no Congresso e técnicos do ministério de Minas e Energia e ANEEL para que o Novo Código seja condizente com o setor e com os direitos dos municípios.

O Código Brasileiro de Energia Elétrica revolucionará o setor

A geração de energia no Brasil precisa de atenção. Sabemos que há tempos faz se necessária a criação de uma legislação que una todos os segmentos produtores e geradores de energia, dando clareza e segurança jurídica ao setor.

Tramita na Câmara dos Deputados, o Código Brasileiro de Energia Elétrica (CBEE) considerado a Reforma do Setor Elétrico no Brasil. O novo texto é muito requerido por empresários e pessoas ligadas ao ramo, já que empresas querem investir no setor energético no País e não encontram segurança jurídica.

Hoje temos um cipoal de normas de difícil interpretação, gerando insegurança jurídica para os investidores. É preciso fazer um documento único, englobando todos os temas envolvidos, inserindo, inclusive, as novas formas de energia que ainda não estão contempladas em nossos textos.

A intenção desse Código é rever toda a legislação do setor elétrico, trazendo clareza, segurança jurídica e tributária para a comercialização da energia no Brasil. Com o Código aprovado, os investimentos em energia devem multiplicar.

Lafayette de Andrada, deputado federal e relator do Código Brasileiro de Energia Elétrica (CBEE).



***Deputado Federal
Lafayette de Andrada
(Republicanos - MG)***

Relator do Código Brasileiro de
Energia Elétrica (CBEE)

AMUSUH E ATUAÇÃO CONSTANTE GARANTEM CONQUISTAS



Os bons resultados são consequência

Mesmo em tempos difíceis, a AMUSUH continua de prontidão para representar os 739 municípios em todas as demandas junto ao Governo Federal e Congresso Nacional.

Os contatos com todos os prefeitos (as) continuam constantes e todas as dúvidas e pedidos

de informações respondidos com celeridade.

As demandas municipalistas requerem trabalhos técnico e político na elaboração de leis e medidas que diminuam as burocracias para investimentos sustentáveis.

Para estreitar os laços com os municípios, a AMUSUH

realizou nos últimos quatro anos dezenas de reuniões, fóruns regionais e audiências presenciais e virtuais.

Os encontros da “Energia e Sustentabilidade” em 2017 e o dos “Municípios em Ação” reuniu prefeitos de todas as regiões do país para debater e afinar as estratégias de ação.

AMUSUH

SERIEDADE COM IDENTIDADE

A AMUSUH trabalha em sinergia com diversas associações representativas que unem forças em prol dos municípios.

- MAPA - Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP



- Universidade de Passo Fundo (RS) - Protocolo de Intenções Interinstitucionais para Multiplicação de Tecnologia da Aquicultura

- LINDEIROS - Conselho dos Municípios Lindeiros ao lago de Itaipu



- COMPART - Consórcio dos Municípios Alagados pelo Rio Tocantins pertencentes ao lago das usinas Tucuruí I e II



- ABRAMT - Associação Brasileira de Municípios com Terminais Marítimos, Fluviais, Terrestres de Embarque e Desembarque de Petróleo e Gás Natural

- ABRAPCH - Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs)



Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba

- AMVAP - Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba - Congrega 24 municípios sendo que 21 são envolvidos no universo da geração elétrica



ASSOCIE-SE E TENHA APOIO DE EXCELÊNCIA

A AMUSUH realiza articulações aprimoradas com os parlamentares e técnicos do Governo e é assim reconhecida como uma das maiores e mais influentes associações do Brasil.

As forças jurídica e técnica são grandes diferenciais da AMUSUH na representação dos municípios. A mobilização de todos os Poderes em prol do municipalismo é marca registrada dessa Associação que já se tornou referência em todas as demandas.

WHATSAPP AMUSUH

(61) 9 9268 - 1713

Mande mensagens e
acompanhe as agendas



CONQUISTAS SÃO CONSTRUÍDAS COM A UNIÃO DE FORÇAS.

VENHA FAZER PARTE DESTA HISTÓRIA DE 27 ANOS DE VITÓRIAS



Aderir à AMUSUH é:

- Garantir um apoio de excelência em Brasília
- Ter articulação com parlamentares
- Ter força jurídica em caso de desrespeito aos direitos adquiridos dos municípios

AMUSUH - Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados
SAUS – Setor de Autarquias Sul, Quadra 04, Bloco A, nº 30, Sala 1011 e 1012
Edifício Victoria Office Tower – Brasília/DF, CEP 70070-040
Fone: (61) 3224.4747 e 9551.8922 – www.amusuh.org.br
E-mail: amusuh@amusuh.org.br / assessoria@amusuh.org.br

